

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23349.002734/2022-10

COTAÇÃO ELETRÔNICA nº 95/2022

EXCLUSIVO ME/EPP

ORIENTAÇÕES:

- a) Data e horário do Encerramento da Cotação Eletrônica: **22/06/2022 às 12h00 (quarta-feira)**.
- b) A licitante classificada em primeiro lugar e dentro do valor estimado neste Termo de Referência/Projeto Básico **deverá enviar a proposta** de preços ao endereço eletrônico: luiz.rosario@ifc.edu.br até o seguinte prazo: **23/06/2022 às 12h00 (quinta-feira)** contendo as informações mínimas:
- Descrição completa;
 - Unidade de fornecimento;
 - Marca;
 - Valores Unitários e Totais do item;
 - Fabricante e respectivo CNPJ;
 - Documentos adicionais indicados na descrição de cada item (se houver);
 - **Declaração de não emprego de menor e inexistência de fatos impeditivos conforme Anexo I.**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais de construção para realização de reparos em decorrência de vendaval que atingiu o município de Araquari/SC.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O IFC-Campus Araquari foi atingido por um forte temporal no dia 30 de março de 2022 (CONFORME LAUDO DA DEFESA CIVIL EM ANEXO) e acabou danificando bastante as instalações. Para minimizar os danos nas estruturas e equipamentos, precisa adquirir imediatamente materiais de construção civil para fazer os reparos, pois não dispõem dos mesmos em estoque. O atraso na compra dos materiais, além de trazer danos irreparáveis na estrutura física, proporciona uma grande perda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do campus. Com os materiais serão atendidos os blocos A, B e C, LAPVET, guarita de acesso ao campus, Escola fazenda, Refeitório e lavanderia.

Item 01: As cumeeiras serão utilizadas para o reparo das cumeeiras do telhado da UEA de bovinocultura, para o reparo das cumeeiras do espaço multiuso, para o reparo das cumeeiras do galpão terceirizado e no reparo das cumeeiras do Bloco A.

A quantidade levou em consideração o número de cumeeiras arrancadas pelo vento, as cumeeiras danificadas visualmente e uma margem de segurança para substituição de peças que poderão estar danificadas no momento da substituição.

Item 02: A massa corrida será utilizada para melhorar as condições das paredes das salas do Bloco C. A pintura e a parede destas salas foi danificada em função da umidade e da água que escorreu. A utilização da massa corrida permitirá uma melhor recuperação da parede e permitirá melhores condições de uso.

A quantidade de massa corrida solicitada será utilizada para reparar aproximadamente 300 m² de paredes. Foram considerados a aplicação de 2 de mãos de grama e um rendimento 2 m² por de 1 quilo de massa corrida.

Item 03: O prego será utilizado para a fixação da madeira nos reparos a serem realizados no Bloco C, no galpão terceirizado e na lavanderia. Além destes locais será utilizado em pequenos reparos necessários em outros locais e que foram danificados pelo vento e chuva.

A quantidade de prego solicitada foi baseada nas estimativas de uso e em experiências anteriores na reforma de telhados. Foi solicitado uma quantidade sobressalente para repor o que foi utilizado nos primeiros consertos emergenciais já realizadas.

Item 04: A borracha de silicone será utilizada para pequenos reparos no Bloco A, no Patrimônio, no Bloco B, na lavanderia. Ela será utilizada para vedar e impermeabilizar calhas e rufos, para impermeabilizar algumas telhas com pequenas trincas e para auxiliar na colagem e vedação de algumas telhas.

A quantidade de borracha silicone solicitada foi baseada nas estimativas de uso e em experiências anteriores na reforma de telhados.

Item 05: As cumeeiras articuladas serão utilizadas para a substituição e colocação das cumeeiras danificadas nos 4 prédios do Bloco C.

A quantidade levou em consideração o número de cumeeiras arrancadas pelo vento, as cumeeiras danificadas visualmente e uma margem de segurança para substituição de peças que poderão estar danificadas no momento da substituição.

Item 06: Os sarrafos de madeira serão postos em paralelas às terças, em cima dos caibros. Eles servem como elemento para fixação e suporte das telhas. Serão utilizados para a substituição de sarrafos e reparos no Bloco C, no galpão terceirizado e na lavanderia.

O quantitativo de sarrafos solicitado foi calculado a partir das áreas dos telhados a serem reformados, a necessidade de substituição e o espaçamento entre cada sarrafo (40,5 centímetros). Estima-se que será possível a recuperação de aproximadamente 300 metros de telhados com estes sarrafos.

Item 07: O rejunte será utilizado para recuperar o rejunte nas salas do Bloco C. Este rejunte foi danificado em função do acúmulo de água sobre os pisos, devido ao destelhamento destas salas.

A quantidade rejunte solicitada foi calculada para refazer uma área de 160m² de piso.

Item 08: O telhão de barro será utilizado para repor as peças danificadas de telhão do espaço multiuso (localizado ao lado da Direção de Infraestrutura e Produção).

A quantidade de telhão de barro solicitada levou em consideração o número de cumeeiras arrancadas pelo vento e as cumeeiras danificadas visualmente danificadas.

Item 09: Os caibros serão colocados perpendicularmente às terças, e pregados nela para que a estrutura possa receber mais peso. Eles serão utilizados para substituição dos caibros danificados no Bloco C, no galpão terceirizado e na lavanderia.

O quantitativo de caibros solicitado foi calculado a partir das áreas dos telhados a serem reformados, a necessidade de substituição e o espaçamento entre cada caibro (60 centímetros). Estima-se que será possível a recuperação de aproximadamente 145 metros de telhados com estes sarrafos.

Item 10: A telha portuguesa será utilizada para a troca das telhas danificadas no prédio da produção vegetal. A quantidade de telha cerâmica levou em consideração o número de telhas arrancadas pelo vento e as telhas danificadas visualmente. Foi acrescentada ainda, uma margem de segurança para substituição de peças que poderão estar danificadas no momento da substituição.

3. DA VINCULAÇÃO

3.1 Este Termo de Referência guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, à **Dispensa de Licitação (Cotação Eletrônica) nº 95/2022**, à Proposta de Preços da CONTRATADA, ao Contrato e/ou Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo nº **23349.002734/2022-10** que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 Aquisição de materiais de construção para realização de reparos em decorrência de vendaval que atingiu o município de Araquari/SC.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Telha cumeeira ondulada de fibrocimento para acabamento de cobertura medindo 110 X 92 X 0,06 cm, livre de amianto	unidade	50	R\$ 51,45	R\$ 2.572,50
2	Massa corrida pva para correção de paredes, em saco de 15Kg	Saco com 15 Kg	20	R\$ 35,11	R\$ 702,20
3	Prego com cabeça 17 X 27, ferro comum, corpo liso, e ponta simples	Kg	20	R\$ 21,61	R\$ 432,20
4	Borracha silicone acético, multiúso, incolor. Com validade de, pelo menos, 12 meses no ato da entrega.	Frasco com 250 gramas	23	R\$ 16,44	R\$ 378,12
5	Telha cumeeira articulada de 106 X 0,06 cm, fibrocimento.	unidade	60	R\$ 53,22	R\$ 3.193,20
6	Sarrafo para telha, cedrinho, cambará ou similar, medindo 5 x 2,5 X 300 cm	unidade	290	R\$ 15,45	R\$ 4.480,50
7	Rejunte na cor grafite embalagem de 1 kg	Kg	100	R\$ 5,60	R\$ 560,00
8	Telhão de barro para acabamento de cobertura, 41 cm de comprimento e 21 cm de largura com acabamento natural	Unidade	40	R\$ 3,10	R\$ 124,00
9	Caibro de cedrinho, cambará ou similar, medindo 4 X 10 X 300 cm	Unidade	80	R\$ 59,00	R\$ 4.720,00

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
10	Telha cerâmica modelo portuguesa, 40,9 de comprimento e 23,5 de largura, acabamento tipo natural	Unidade	100	R\$ 2,10	R\$ 210,00
Valor Total					R\$ 17.372,72

4.2 Havendo divergência entre a descrição no Comprasnet/Empenho e o descrito neste Projeto Básico/Termo de Referência, prevalecerá o disposto neste documento.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos.

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e

perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência/Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DOS PREÇOS

8.1 O custo da presente contratação é estimado em **R\$ 17.372,72 (dezesete mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos)**, conforme a proposta mais vantajosa coletada através de pesquisa de mercado, anexada nos autos do processo.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

9.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

10.1 Conforme o Art. 62 da Lei 8666/93, é facultativo a Administração substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis, tal como a nota de empenho de despesa, a qual será enviada por e-mail junto com todas as informações necessárias para o fornecedor, caso seja esta a escolha da gestão.

11. DA COTAÇÃO DE PREÇOS

11.1 O preço a ser praticado consta na proposta comercial encaminhada pela empresa vencedora, bem como no mapa de formação de preços nos autos do processo.

12. DO(S) LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

12.1 Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos após o envio do empenho, no dia, horário e local combinados com o Solicitante e/ou Fiscal de Contrato, que serão copiados no e-mail de envio do pedido de compra.

12.2 Os materiais deverão ser entregues no Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*, endereço BR-280, km 27, nº 5.200, Bairro Colégio Agrícola, CEP 89.245-000, município de Araquari/SC, das 08:30h às 15:30h.

12.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez dias) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência/Projeto Básico e na proposta.

12.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência/Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou documento equivalente.

12.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, segundo a gravidade da falta cometida, assim considerada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

13.1.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

13.1.2 Multa.

13.1.2.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite de 30 (trinta) dias, observadas as disposições do art. 412 do Código Civil.

13.1.2.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem 12.1.2.1.

13.1.3 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

13.1.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.

13.1.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

13.1.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.1.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante

pelos prejuízos causados.

13.2 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

13.2.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.2.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.7 Caso a Contratante determine a multa, deverá esta ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal Catarinense.

13.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas decorrentes da execução do objeto da presente avença correrão, no exercício de 2022, à conta do Orçamento Geral da União, Plano Interno: L2ORLP0100N, PTRES: 170772, Fonte: 810000000, Elementos de Despesa: 3.3.90.30.11/22/40.

15. DA RESCISÃO

15.1 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência assegurará aos contraentes, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo, por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto no item 6, mantendo-se as sanções aplicadas anteriormente.

Joverci Antonio Pocera

SIAPE: 1159518

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, aprova o presente Termo de Referência/Projeto Básico para procedimento licitatório dispensável.

Araquari/SC, 20 de Junho de 2022.

Cleder Alexandre Somensi

Diretor-Geral

Portaria nº 100/2020 publicada no D.O.U em 29/01/2020

Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23349.002734/2022-10

COTAÇÃO ELETRÔNICA nº 95/2022

EXCLUSIVO ME/EPP

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa XXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, com sede na xxxx, nº xxxx, Bairro xxxxx, Município de xxxxx, CEP xxxx, declara sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Declara ainda, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, xx de xxxxx de 2022.

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA



Emitido em 24/06/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2022 - CCLIC/ARA (11.01.02.02.01.03.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/06/2022 08:59)

CLEDER ALEXANDRE SOMENSI

DIRETOR GERAL - TITULAR

DG/ARA (11.01.02.02)

Matrícula: ###368#2

(Assinado digitalmente em 24/06/2022 15:48)

JOVERCI ANTONIO POCERA

COORDENADOR - TITULAR

CIPFC/ARA (11.01.02.41)

Matrícula: ###595#8

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **13**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **24/06/2022** e o código de verificação: **76993d97fa**